

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Estado de S. Paulo

[Título: » Corrida eleitoral](#) 16

Valor Econômico

[Título: Cenário toma leilões deste ano mais atraentes](#) 23

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Verdadeiros donos	2
Título: A aposta indiana	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Solução de dívida deve fazer mercado livre crescer	7
Título: Analistas revisam previsões, e há quem veja dólar acima de R\$ 4	8
Título: Pesquisa semanal mostra que preço do diesel parou de cair	10
Título: Governo de SP coloca Cesp à venda por R\$ 4,7 bi	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Preço do petróleo em alta e leilões da ANP dão novo fôlego a petroleiras	11
Título: Na Bolsa, valor dos grupos de petróleo voltou a crescer	13
Título: Após perder mercado, BR modifica o marketing.....	14
Título: » Corrida eleitoral.	16
Título: Brasil perde com guerra comercial entre EUA e China	17
VEÍCULO: Correio Braziliense	19
Título: Campo fluido	19
Título: Purificador solar.....	21
VEÍCULO: Valor Econômico	23

Título: Cenário toma leilões deste ano mais atraentes.....	23
Título: Iluminação pública abre espaço a PPPs.....	25
Título: Privatização da Eletrobrás pode fazer tarifa subir 1,5%.....	26
Título: Novo marco do saneamento estabelece consulta pública e desagrada o setor.....	28
Título: Destaques.....	29
Título: Leilão da Cesp é marcado para 2 de outubro.....	30
Título: Usiminas avalia retomar alto-forno em Cubatão	32

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Verdadeiros donos

Privatização de empresas Estatais :: Tema em discussão

Nossa opinião

Vive-se o último capítulo da Nova República, selada na Constituição de 88 e pela qual reinstaurou-se a democracia representativa, com instituições que têm conseguido defender os direitos republicanos enquanto elas mesmas se fortalecem no embate contra os quistos de corrupção cevados nos organismos de Estado, pela esquerda e pela direita.

Ao mesmo tempo, esgota-se o modelo de um Estado gigantesco, caro para o contribuinte, colocado a serviço dessas mesmas elites — via subsídios, aposentadorias elevadas de castas dos servidores públicos etc. —, e, por isso mesmo, incapaz de garantir saúde, segurança e educação de qualidade minimamente aceitável para as famílias de renda mais baixa.

Trata-se de um Estado que funciona concentrando renda, e é por isso que, apesar de todos os programas ditos sociais, os indicadores de desigualdade nunca melhoram de forma substancial. E não melhorarão enquanto não houver uma efetiva reforma do Estado. Neste contexto é que ocorre a reclamação de

sindicalistas ao Supremo, em favor das estatais, e que levou o ministro Ricardo Lewandowski a conceder liminar exigindo que o Congresso seja ouvido antes de qualquer privatização.

Na verdade, trata-se da velha visão, até ingênua, que considera empresa pública empresa “do povo”, quando são corporações, muitas a serviço dos grupos políticos no poder, que as usam para empregar apaniguados, quando não para garimpar comissões em negociatas, a fim de financiar campanhas e engordar contas bancárias secretas no exterior.

Os autos das investigações da Lava-Jato do esquema do petrolão montado na Petrobras por políticos do PT, MDB e PP, e diretores cooptados pela esquema, além de grandes empreiteiros, são um relato que entra para a História sobre como assaltar o Tesouro, com políticos e grupos privados, por meio de estatais. Cedo ou tarde, os rombos criados pela roubalheira terão de ser tapados pelo contribuinte. Deve-se sair do maniqueísmo de Fla x Flu no debate deste tema.

Querer manter o universo de estatais intocável — sem venda de subsidiárias inviáveis, por exemplo — significa trabalhar para proteger as corporações que vivem dentro destas empresas, sem qualquer preocupação com os contribuintes, que as mantêm com os impostos. De 159 estatais federais, segundo o Ministério do Planejamento, há 70 que dependem do Tesouro.

Não têm receita para se sustentar. Vivem do contribuinte, que não tem acesso à prestação de contas das companhias. Enquanto o STF não julgar o mérito das ações dos sindicalistas, vale a liminar de Lewandowski: se a União quiser se desfazer desta fonte de prejuízos, precisará pedir permissão ao Congresso, onde há quem se beneficie dessas empresas deficitárias.

Não conseguirá. O resultado prático imediato obtido pelos sindicalistas é bem ilustrativo: proibir a Petrobras de atrair investimento privado no seu parque de refino, para se capitalizar e poder investir no rentável e promissor pré-sal, e de quebra tornando competitivo o mercado. Proíbe-se o desenvolvimento em nome de interesses de grupos.

Outra opinião

Fiel à lei, fiel ao país

JAIR PEDRO FERREIRA

Do ponto de vista do interesse estratégico nacional, a liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), que proíbe venda de ações de empresas públicas sem

autorização do Legislativo, é um daqueles momentos-chave da história do país, que vive, desde 2015, praticamente em um estado de exceção. Sob o manto da responsabilidade fiscal, o que se tem feito com o patrimônio público é completamente irresponsável com os destinos do Brasil e do seu povo.

A importante vitória no STF foi obtida por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), ajuizada pela Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT), questionando pontos da Lei 13.303/ 2016, que trata do estatuto das empresas públicas. Mesmo provisória, uma decisão como essa nos faz ter esperanças de novos tempos.

No Brasil, as empresas públicas cumprem papel essencial no desenvolvimento econômico e social. No caso específico da Caixa, é praticamente impossível encontrar um cidadão que não tenha alguma relação com o banco, seja por causa do FGTS, do PIS, da casa própria, da poupança, das operações de penhor, dos programas sociais.

Isso só é possível porque a Caixa é 100% pública, característica da qual os brasileiros não podem e não vão abrir mão. Em sua decisão, o ministro Ricardo Lewandowski citou uma tendência de desestatizações que podem causar prejuízos irreparáveis ao país. E é justamente o que trabalhadores e entidades representativas, a exemplo da Fenae, têm denunciado. Há, sim, grandes riscos ao que é de todos, ao que é público.

As mudanças que sobressaltam o país representam uma verdadeira cultura do atraso, atingindo conquistas nascidas de grandes lutas. O debate sobre a importância das empresas, dos bens e dos serviços públicos precisa ser intensificado. Mais do que isso, é preciso entusiasmar os jovens, capacitar militantes, levar a discussão para os locais de trabalho e para dentro de casa, incentivar a formação de lideranças locais, apoiar os movimentos sociais, se engajar em mobilizações.

Só assim será possível barrar projetos que representam retrocessos e perda de direitos. Um Brasil soberano, com todos, por todos, para todos, só se faz com a articulação virtuosa entre políticas públicas, investimento público e empresas públicas. Caixa, Petrobras, Eletrobrás, BNDES, Banco do Brasil, Embrapa e tantas outras são parte da solução para os problemas do país.

Por isso, nunca cansaremos de dizer que defender as empresas públicas é defender o Brasil, porque, se é público, é para todos.

Jair Pedro Ferreira é presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae)

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ana Paula Ribeiro****Título: A aposta indiana**

Empresas do país asiático, como a Sterlite, vencedora do leilão da Aneel, voltam atenções ao Brasil

-SÃO PAULO- Escolher um país do outro lado do mundo e com uma cultura diferente para dar início ao processo de internacionalização de uma empresa é uma aposta arriscada, mas foi justamente essa a estratégia da indiana Sterlite ao decidir desembarcar no Brasil. Desde abril do ano passado, quando começou a participar dos leilões de linhas de transmissão de energia, já se comprometeu a investir R\$ 7 bilhões aqui.

Ela é uma das companhias do país asiático que, nos últimos anos, resolveram voltar suas atenções para a economia brasileira. O Brasil, por sua vez, tenta elevar as vendas de seus produtos para um dos mercados que mais avançam no mundo, com uma população de cerca de 1,3 bilhão de pessoas. Pratik Agarwal, presidente global da Sterlite, explica que o Brasil apresenta não só oportunidades de investimento, como uma estrutura regulatória, na área de energia, que atrai o investidor estrangeiro.

Como exemplos, cita os prazos longos dos contratos de concessão, geralmente de 30 anos, e a correção das receitas pela inflação, o que mitiga o risco de variação cambial. — Nós escolhemos o Brasil devido ao tamanho das oportunidades no país, à necessidade de capital privado e às sinergias que encontramos. É um mercado que oferece uma configuração ideal aos participantes e um potencial de US\$ 30 bilhões em projetos só em transmissão. É um mercado que nos deixa realmente animados — disse.

INCREMENTO DO COMÉRCIO

A empresa ficou com seis dos 20 lotes ofertados no último leilão feito pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), comprometendo-se a investir, só nesta fatia, R\$ 3,65 bilhões. Além disso, já tinha saído vencedora em outros dois leilões no ano passado, com investimentos de R\$ 3,36 bilhões. Essa parcela deverá subir, uma vez que é no Brasil que a Sterlite quer colocar boa parte dos US\$ 4 bilhões (cerca de R\$ 15,5 bilhões) que vai investir na América Latina.

Nem mesmo a incerteza em relação a quem ganhará as eleições presidenciais parece incomodar o executivo. — Os resultados políticos são sempre um risco, em qualquer país, mas acreditamos que o Brasil tem estruturas contratuais

sólidas, que incentivam as empresas estrangeiras. Apesar dos desafios políticos, estamos à vontade para fazer fortes apostas no Brasil — afirmou.

A Sterlite não está sozinha. Nas próximas semanas, a ACG Worldwide deve inaugurar uma fábrica em Pouso Alegre (MG), que custou mais de R\$ 350 milhões e será a maior da América Latina em produção de cápsulas para medicamentos. A Ranbaxy, que fabrica genéricos, também está no Brasil. Elas se juntam a empresas que chegaram um pouco antes e já conseguiram consolidar sua participação no mercado brasileiro.

É o caso da Novelis, controlada pelo grupo indiano Aditya Birla, que é líder em laminados e tem o maior centro de reciclagem de latas de alumínio da América do Sul. Só no ano passado, a empresa alcançou uma receita de mais de US\$ 6 bilhões (R\$ 23,2 bilhões) no país. Na área de tecnologia da informação, os indianos têm, no Brasil, a Infosys e a Tata Consultancy — do Grupo Tata, que, em 2008, comprou a Jaguar Land Rover e, em 2016, inaugurou uma fábrica da marca em Itatiaia (RJ).

Ao todo, são US\$ 50 bilhões em investimentos diretos da Índia no Brasil, bem acima dos US\$ 2 bilhões que brasileiros investiram por lá. Leonardo Ananda, presidente da Câmara de Comércio Índia Brasil e cônsul-geral do país asiático, acrescenta que a relação pode ser ainda mais positiva para o Brasil.

A corrente de comércio, superavitária para o Brasil, foi de US\$ 7,6 bilhões em 2017 e deve crescer este ano. Ele acredita que, até 2025, a Índia será o terceiro principal parceiro comercial do Brasil — hoje é o décimo. — As trocas comerciais estão muito voltadas para combustíveis e produtos agrícolas. Nosso objetivo é diversificar essa pauta. Há mais produtos, como leguminosas, que podem ser exportados para a Índia, assim como alimentos processados — disse.

O Brasil exporta muito açúcar, petróleo e pedras preciosas (esmeraldas, principalmente) para a Índia. Na outra mão, a Índia vende principalmente insumos farmacêuticos, diesel e especiarias. Na visão de Ananda, produtos típicos brasileiros — como açaí, guaraná, pão de queijo e cachaça — têm apelo junto ao público indiano.

Para isso, uma missão comercial brasileira será levada a Mumbai, em ação organizada pela Agência de Promoção de Exportações (Apex), para participar da maior feira de alimentos do país. Além disso, os dois governos trabalham em acordos para permitir essa maior integração — recentemente, o Brasil teve aval para exportar ovos e gado para produção de leite para a Índia.

— A Índia era um país que até 15, 20 anos atrás não possuía grandes varejistas, o que dificultava a importação de alimentos, já que não havia uma estrutura

logística para distribuição. A formação dessas redes abriu espaço para produtos de outros países — explicou Ananda. Weber Barral, sócio da consultoria Barral M. Jorge, também vê potencial para esse mercado, mas lembra que o Brasil, em alguns casos aliado ao Mercosul, terá de trabalhar para derrubar barreiras tarifárias e fitossanitárias.

— O comércio entre os dois países é pequeno comparado ao potencial. São dois grandes mercados consumidores. A parte de alimentos é onde o Brasil mais pode ganhar, mas há a questão das barreiras — disse, lembrando que o acordo em vigor, feito no âmbito do Mercosul, tem cerca de 800 produtos e há uma negociação para ampliar para mais de dois mil itens.

O interesse no mercado indiano é válido pelo potencial de consumo, afinal, a população é de cerca de 1,3 bilhão de pessoas. Além disso, é um dos países que mais crescem no mundo e deve manter esse ritmo nos próximos anos. Em 2017, a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 6,7%.

Para este ano, é esperado um crescimento de 7,4% e, em 2019, de 7,8%, segundo projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI). Na avaliação de Diego Coelho, coordenador do Observatório de Multinacionais da ESPM-SP, Brasil e Índia, embora façam parte do Brics (com Rússia, China e África do Sul) e tenham uma relação comercial que completa 70 anos em 2018, ainda são poucos alinhados.

— As exportações até cresceram, mas ainda é um volume baixo para o potencial. O investimento é pouco e não é cruzado. Os dois países deviam buscar complementariedade nas cadeias de produção global — explicou o professor.

Como exemplo, citou o setor automotivo. Os dois países virariam competidores se um tentasse exportar seus automóveis para o outro. No entanto, podem trabalhar no fornecimento de produtos para essa cadeia, com cada uma das nações trabalhando nos itens automotivos e de autopeças em que têm maior eficiência.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Solução de dívida deve fazer mercado livre crescer

Mercado Aberto

A saída para um impasse de R\$ 6,1 bilhões de dívidas no mercado livre de energia, aquele em que grandes consumidores podem escolher de quem adquirir, propulsionará a entrada de empresas nesse ambiente de negociação.

A avaliação é de pessoas ligadas à câmara de compra e venda e de representantes de companhias que geram energia e que, devido à falta de pagamentos, estavam sem seu dinheiro.

Há um grupo de quase 6.000 empresas que realizaram vendas, mas que receberam cerca de 10% de seus créditos nos últimos 12 meses.

Se essas contas forem resolvidas, haverá mais liquidez e incentivo a novos entrantes, segundo o dirigente de uma empresa desse ambiente.

Os acertos, no entanto, deverão acontecer paulatinamente, com quitações em parcelas.

A MP (medida provisória) da privatização de distribuidoras da Eletrobrás, aprovada na Câmara na última semana, também trouxe uma solução para o GSF (a sigla, em inglês, para o fato gerador do impasse).

Uma usina de energia tem uma capacidade instalada, que é o seu potencial, mas, às vezes, ela não consegue entregar o volume de megawatts que se exige dela.

A empresa, então, precisa comprar energia no mercado livre, e isso pode ter um preço alto. Houve anos de secas severas de 2015 para cá, o que fez com que as geradoras precisassem recorrer com frequência a esse expediente.

Nem sempre as compradoras conseguiam honrar os pagamentos, e acumulou-se uma dívida de R\$ 6,1 bilhões — parte dela protegida por liminares da justiça.

A solução prevista na MP é prorrogar o prazo das concessões dessas usinas, para que elas tenham alguns anos a mais de receitas e consigam, dessa forma, quitar as dívidas.

Falta passar o texto no Senado, mas para um representante de geradores, será mais fácil que a aprovação na Câmara.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Flavia Lima

Título: Analistas revisam previsões, e há quem veja dólar acima de R\$ 4

São Paulo- Se o nervosismo do mercado é considerado por alguns analistas sinônimo de oportunidade, uma olhada mais de perto nas projeções dos principais indicadores econômicos indica que não faltarão chances de ganho nos próximos meses.

Após uma primeira rodada de revisões para baixo do PIB (Produto Interno Bruto) deste ano, analistas passaram a re-examinar a trajetória do dólar, hoje ao redor de R\$ 3,90.

E também da inflação, cujas projeções saíram de 3,5% para 4% em apenas um mês, segundo o Banco Central.

A projeção é de piora para os indicadores, num cenário que engloba os efeitos da paralisação dos caminhoneiros sobre os preços e a alta da aversão ao risco com a escalada das tensões comerciais entre Estados Unidos e China.

Com real mais fraco e inflação um pouco mais pressionada, já há quem espere uma alta da taxa Selic em 2018, embora a maioria dos analistas ainda trabalhe com o juro básico no piso histórico (6,5%), pelo menos até o ano que vem.

Entre os grandes bancos, o Itaú piorou, na sexta-feira (6), as expectativas para o dólar no fim do ano, de R\$ 3,70 para R\$ 3,90. Pesou na decisão o cenário internacional turbulento e a previsão de não aprovação das reformas, em particular das que geram dinâmica fiscal mais sustentável nos próximos anos.

Em consequência, o banco elevou a projeção para a inflação de 3,8% para 4,1% este ano, influenciado ainda pelo reajuste acima do esperado na tarifa da Eletropaulo, de 15% para as residências.

Para completar o quadro, diante da deterioração das condições financeiras, o Itaú também reduziu as projeções de crescimento do PIB de 1,7% para 1,3% em 2018.

O Bradesco manteve o cenário para o dólar em R\$ 3,60 no fim do ano, contando com uma retomada da agenda de reformas. Ainda assim, o banco ajustou a projeção para a inflação de 3,9% para 4,1%.

A estimativa ainda mantém a inflação abaixo do centro da meta, de 4,5% para 2018. Mas chama a atenção a velocidade em que as estimativas vêm sendo revisadas para cima.

No caso do Bradesco, mais uma vez surpresa com o reajuste acima do esperado para a energia elétrica em São Paulo e os efeitos da paralisação dos

caminhoneiros sobre preços de alguns produtos alimentícios contaram na decisão.

Apesar da piora do balanço de riscos, o banco ainda espera juros em 6,5% no fim do ano, pois julga incerto o efeito secundário da depreciação cambial sobre os preços.

Mais pessimista, a MCM Consultores espera que a taxa de câmbio encerre 2018 em R\$ 4,20, influenciada pelo elevado nível de incerteza em relação à eleição presidencial. Já a corretora Spinelli sentencia: "acabou a paz no IPCA".

Em razão disso, apesar da desaceleração econômica, a Spinelli diz que há evidências de que o BC deve iniciar um ciclo de alta dos juros já ao fim de outubro, com outra elevação em dezembro. O movimento deve levar a taxa básica para 7,25% já neste ano.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Pesquisa semanal mostra que preço do diesel parou de cair

Rio de Janeiro- O preço do óleo diesel parou de cair no país, segundo mostra a pesquisa semanal divulgada na sexta (6) pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

Na semana passada, o litro do combustível foi vendido, em média no país, a R\$3,384, praticamente estável em relação aos R\$ 3,389 verificados na semana anterior.

O valor é R\$ 0,211 inferior cobrado antes da greve dos caminhoneiros e R\$ 0,404 menor que o visto na primeira semana de paralisação.

Em acordo com a categoria, o governo Temer se comprometeu com queda de R\$ 0,46 por litro nas bombas. Para isso, concedeu subsídio de R\$ 0,30 aos produtores e cortou de R\$ 0,16 em impostos, ao custo total de R\$ 13,6 bilhões.

A partir do dia 1º de julho, 13 estados passaram a cobrar menos ICMS sobre o diesel, como reflexo da queda do preço nas bombas nas semanas anteriores.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Fovest****Autor:****Título: Governo de SP coloca Cesp à venda por R\$ 4,7 bi**

São Paulo- O leilão de privatização da elétrica paulista Cesp está marcado para 2 de outubro. O preço mínimo será de R\$ 14,30 por ação, o que avalia a empresa em cerca de R\$ 4,7 bilhões, de acordo com o edital do governo do Estado de São Paulo divulgado sábado (7).

O preço mínimo por ação é inferior ao de R\$ 16,80 estipulado em agosto do ano passado, o que deve atrair mais interessados pelo bloco de controle do governo paulista na elétrica.

Segundo o documento, a hidrelétrica de Porto Primavera, considerada a principal entre as três usinas da companhia, terá um novo contrato de concessão, expirando em 2048, e não mais em 2028.

Poderão participar do leilão empresas brasileiras ou estrangeiras, instituições financeiras, Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e entidades de previdência complementar, seja atuando isoladamente ou em consórcio.

Reuters

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Luciana Dyniewicz****Título: Preço do petróleo em alta e leilões da ANP dão novo fôlego a petroleiras**

Óleo e gás. Empresas que abriram capital na Bolsa na época da euforia com o pré-sal e passaram por fortes turbulências, principalmente por conta da queda nas cotações do barril, agora se beneficiam de condições mais favoráveis e ensaiam recuperação

Com a reputação contaminada pela decadência da petroleira OGX – que fez parte do império X, de Eike Batista – e com projetos inviabilizados com a queda nos preços do petróleo, que atingiram níveis mínimos no início de 2016, empresas nacionais de óleo e gás estão diante de uma chance de se reerguer.

A recuperação do preço do petróleo, a venda de ativos da Petrobrás e o programa de leilões permanentes de blocos exploratórios da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustível (ANP) deram novas oportunidades para

companhias como Petrorio, QGEP e Ouro Preto. “Algumas coisas estão sendo revistas no setor e a expectativa é que, mesmo em um cenário com preço de petróleo mais baixo, o mercado continue atrativo”, diz o especialista em energia Daniel Rocha, diretor executivo da Accenture Strategy.

Na Petrorio (ex-HRT), a venda de ativos não só pela Petrobrás, mas também por outras empresas de grande porte, como a Maersk, é vista como a principal oportunidade para novos negócios. Desde que a companhia foi reformulada, após atingir o fundo do poço em 2013 (ler mais na página B3), o foco passou a ser campos maduros que não são mais do interesse das multinacionais. “São ativos que têm a ver com nossa expertise”, diz o presidente da empresa, Nelson Queiroz Tanure.

Segundo ele, a companhia tem olhado, para comprar, participações de até US\$ 1 bilhão em campos já em fase de produção. Funcionário de carreira da Petrobrás e ex-executivo do grupo de Eike Batista, Rodolfo Landim, hoje presidente da Ouro Preto – de capital fechado –, afirma que a venda de ativos da estatal é uma oportunidade para as empresas do setor de médio porte, “principalmente para as brasileiras que conhecem as bacias sedimentares do País”.

Ele destaca ainda a melhora do preço do petróleo como fator que tem favorecido as companhias. O barril, que hoje está na casa dos US\$ 77, chegou a valer menos de US\$ 30 no início de 2016. Na Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP), as alterações regulatórias, como a abertura do mercado para exploração do pré-sal e a simplificação das regras de conteúdo local, foram vistas como capazes de potencializar o setor.

“Com essas mudanças, as grandes companhias estão voltando para o Brasil com intensidade. Para empresas do nosso tamanho, é importante que elas estejam aqui, porque permite nos atrelarmos a elas”, diz o presidente da QGEP, Lincoln Guardado.

Leilões.

Rocha, da Accenture Strategy, destaca ainda o novo formato de leilões da ANP como propulsor das petroleiras brasileiras. Neste mês, a agência deverá divulgar um edital para licitar 158 blocos exploratórios de petróleo.

O certame não será concluído em uma data específica, já que o modelo do leilão é permanente. “Eventualmente, um bloco não é interessante para uma empresa agora, mas, uma mudança do cenário, como uma alta do petróleo, pode tornar o bloco atrativo”, diz o consultor. “Esses leilões têm grande potencial”, acrescenta.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Luciana Dyniewicz****Título: Na Bolsa, valor dos grupos de petróleo voltou a crescer**

Empresas que abriram capital no auge da euforia com o pré-sal, no entanto, ainda estão longe do valor que atingiram em seus IPOs

Atento ao novo panorama do setor de petróleo e gás, o mercado financeiro já mudou o olhar para as companhias do segmento listadas na Bolsa. A Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP), por exemplo, é hoje avaliada em R\$ 4,2 bilhões – um aumento de 350% na comparação com setembro de 2016, quando o valor de mercado atingiu seu mais baixo patamar, R\$ 933 milhões. A QGEP, porém, já foi muito mais valiosa: poucos meses após estrear na Bolsa, em 2011, seu valor de mercado alcançou R\$ 6,6 bilhões.

A Petrorio também melhorou sua performance consideravelmente nos últimos dois anos. A companhia, que começou como HRT e se viu obrigada a mudar de nome no caminho, passou de R\$ 52 milhões, em setembro de 2015, para R\$ 875 milhões hoje. Como ocorreu com o valor da QGEP, o da Petrorio também ainda está longe do que o mercado lhe dava em 2010, quando a empresa abriu capital valendo R\$ 5,7 bilhões.

Quando essas empresas lançaram suas ações na Bolsa de Valores, o setor de petróleo atravessava uma enorme euforia com as perspectivas abertas pelo pré-sal. Para André Hachem, especialista do setor de óleo e gás do Itaú BBA, o mercado está mais comedido agora. Hachem afirma que, anteriormente, houve uma grande euforia em torno do setor como um todo, em parte por causa das boas perspectivas do pré-sal.

“O mercado dava o benefício da dúvida. Agora, está cauteloso.” O valor de mercado dessas companhias despencou entre 2013 e 2015, antes mesmo de o preço do petróleo cair, à medida em que projetos tidos até então como promissores começaram a fracassar. Cinco anos atrás, a atual Petrorio anunciou que não havia encontrado petróleo, apenas gás, em duas de suas áreas de exploração – uma na bacia amazônica e outra na Namíbia.

Hoje, de acordo com uma fonte do mercado financeiro, que preferiu não ser identificada, a Petrorio é vista como uma empresa com grande controle de seus custos fixos e cuja produção deve crescer com o Campo de Polvo, na Bacia de Campos – único ativo de produção de petróleo no qual a companhia detém 100%. No primeiro trimestre deste ano, o campo produziu 6,1 mil barris de

petróleo por dia, em média. No mesmo período do ano passado, havia sido 8,2 mil.

Com a conclusão da perfuração de um novo poço no local, porém, a estimativa é que esses números passem para 10 mil. Para efeitos de comparação, a Petrobrás produziu, no mesmo período, 2,7 milhões de barris de óleo e gás por dia.

Lava Jato.

Apesar de ter 63% de suas ações nas mãos da Queiroz Galvão, cuja imagem ficou abalada pela Operação Lava Jato, a QGEP tem se saído bem dos escândalos de corrupção – não há acusações contra a empresa e o mercado parece estar levando isso em consideração.

Um analista destacou que o excesso de caixa da empresa e a recuperação do preço do petróleo passaram a viabilizar o Campo de Atlanta, localizado em águas profundas da Bacia de Santos e no qual a QGEP tem 30% de participação. A produção no local começou em maio deste ano e a estimativa é que, dali, sejam extraídos 20 mil barris por dia.

No ano passado, a companhia vendeu sua fatia de 10% no bloco Carcará, também na Bacia de Santos, para a norueguesa Statoil, por US\$ 379 milhões (R\$ 1,462 bilhão, no câmbio de sexta-feira).

O negócio, uma redução do plano de investimentos da petroleira no curto prazo, garantiu o aumento de caixa da companhia e um lucro de R\$ 357 milhões em 2017, mais que o dobro do registrado no ano anterior. Excluindo a venda, o lucro seria de R\$ 232 milhões, ainda 50% superior ao de 2016. Desde que se desfez do bloco, a QGEP registrou um aumento de 170% no preço de suas ações.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernando Scheller

Título: Após perder mercado, BR modifica o marketing

Companhia, que viu as rivais Shell e Ipiranga ganharem espaço, reduz discurso sobre produtos e adota postura 'divertida'

O mercado de distribuição de combustíveis no Brasil é disputado palmo a palmo. A atenção para a concentração de mercado até impediu que a compra da Alesat pela Ipiranga fosse concretizada, por decisão do Conselho

Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Hoje, as três líderes do setor concentram 60% das vendas de gasolina e 70% do diesel comercializado no País. E, embora a BR Distribuidora continue a ser a líder, à frente de Ipiranga (do grupo Ultra) e Raízen (dona da marca Shell no País), a controlada da Petrobrás vem perdendo espaço nos últimos anos.

Entre 2016 e 2017, de acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a BR Distribuidora perdeu 2,4 pontos percentuais de fatia de mercado em diesel e 1,2 ponto nas vendas de gasolina. Apesar disso, a companhia continua em vantagem em relação às suas principais concorrentes: ao fim de 2017, segundo a agência reguladora, a empresa dominava 31,1% das vendas de diesel e 24,3% do volume de gasolina distribuído no País.

O crescimento da concorrência – primeiro da Ipiranga e, mais recentemente, da Raízen – não passou despercebida para a BR. Nos últimos dois anos, destacou o gerente executivo de comunicação e marcas da empresa, Gustavo Ferro, a companhia passou por mudanças no planejamento estratégico. Por um lado, a BR trocou market share por rentabilidade. Saiu de prejuízo de R\$ 315 milhões em 2016 para lucro de R\$ 1,15 bilhão em 2017.

Essa busca pelo resultado final pavimentou o caminho para uma bem-sucedida abertura de capital (IPO), que movimentou R\$ 5 bilhões em dezembro. Foi no ano passado, depois que a venda da empresa como um todo foi descartada pela Petrobrás e antes da realização do IPO, que a companhia estendeu as mudanças de seu plano estratégico de comunicação.

A agência carioca NBS, que há anos atende a companhia, pôs na mesa uma ideia que viraria de cabeça para baixo o tom que sempre dominou a comunicação da BR Distribuidora: a ideia foi restringir as menções à qualidade do produto e ampliar o foco no consumidor – e no fato de que o posto de combustível é uma “parada obrigatória” do cliente rumo a um destino desejado. “Nossa proposta foi assumirmos que o posto é, como um aeroporto, um ‘não lugar’.

O cliente está ali por uma outra razão e não pelo posto em si”, diz Dedé Eyer, diretor de criação da NBS. De certa forma, argumenta Eyer, foi uma aposta ousada da marca: “O reposicionamento mostra como o produto ou serviço se encaixa na vida do cliente. O papel dele passa a ser de coadjuvante.”

Mais serviços.

A nova estratégia faz sentido, na avaliação do consultor em marcas Ricardo Klein, da Top Brands. “Acredito que hoje o consumidor já vê o fato de o combustível de uma determinada bandeira ser livre de adulteração como o mínimo que deve ser oferecido. Isso deixou de ser diferencial.” Para o

especialista, porém, tanto a Raízen quanto a Ipiranga saíram na frente da líder do setor na hora de cuidar de serviços associados ao combustível – algo que, em sua avaliação, é cada vez mais valorizado pelo cliente.

Klein cita não apenas operações de varejo – como a drogaria Extrafarma, que também pertence ao Ultra, e está sendo aberta em postos Ipiranga –, mas também a programas de fidelização e serviços convenientes, como o Shell Box (da Raízen, que permite o pagamento via celular) e o Connect Car, solução de pagamento de estacionamento vendida nos postos Ipiranga.

O executivo da BR Distribuidora diz que a atenção aos serviços também é prioridade para a controlada da Petrobrás, que hoje tem cerca de 7,6 mil postos de combustíveis em todo o País – rede 25% maior do que a da vice-líder Ipiranga. Uma das metas atuais é o investimento na rede de conveniências BR Mania, que atualmente está presente em pouco mais de 1,3 mil dos pontos de venda da distribuidora.

A rede Siga Bem, de postos rodoviários, também está sendo “vitaminada”, segundo Ferro. De acordo com o executivo, há ainda um outro passo na tentativa de melhorar os serviços: já existem “tratativas avançadas” da BR Distribuidora na área de varejo para ampliar a “experiência” do cliente em seus postos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Camila Turtelli Clarice Couto Gustavo Porto

Título: » Corrida eleitoral.

Coluna do Broadcast Agro

O processo de seleção para o próximo presidente da Embrapa não começou, mas os possíveis candidatos à sucessão de Maurício Lopes já entraram na disputa. Além de nomes considerados naturais – Celso Luiz Moretti, diretor de pesquisa e desenvolvimento, e Cleber Oliveira Soares, diretor de inovação e tecnologia –, dois outros despontam: Evaristo de Miranda, da Embrapa Territorial, e Miguel Ivan Lacerda, pesquisador cedido ao **Ministério de Minas e Energia**, onde dirige o departamento de biocombustíveis.

» Choque.

O executivo Rui Chammas, que deixou no final de junho a presidência da Biosev, produtora de etanol, açúcar e bioenergia, deve assumir um cargo no setor elétrico após um período de férias. Ele não revela qual será seu destino.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Negócios****Autor: Paula Pacheco****Título: Brasil perde com guerra comercial entre EUA e China**

São Paulo – A guerra comercial entre Estados Unidos e China, as duas principais economias do mundo, saiu dos discursos para a prática na sexta-feira. O presidente americano Donald Trump impôs tarifas de 25% sobre as importações do gigante asiático, da ordem de US\$ 34 bilhões. A reação chinesa foi por meio de impostos no mesmo volume financeiro sobre produtos americanos, como soja, carne suína e carros elétricos.

Sob pretexto de gerar empregos em território nacional, Trump ameaça ir além e estaria disposto a fixar tarifas sobre até US\$ 550 bilhões de importações da China – acima dos US\$ 506 bilhões embarcados pelo país para o mercado americano em 2017.

Quando a ameaça começou a aparecer nos tweets de Trump, houve quem imaginasse que os exportadores de fora da briga entre China e Estados Unidos poderiam se beneficiar como uma alternativa. Mas esse cenário inicial já foi descartado. Para especialistas como José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), os reflexos para o Brasil não serão bons e serão vistos a partir de 2019 no valor exportado pelo país.

“O Brasil perde em praticamente todas as situações. Ações protecionistas como a que estamos vendo agora costumam levar a uma queda no volume de comércio. Com a oferta de produtos maior do que a demanda, há uma pressão que derruba os preços”, explica Castro.

Apesar de as ameaças terem começado a valer no dia 6, a pressão sobre as cotações das commodities já começou a acontecer. Levantamento feito pelo presidente da AEB mostra que nos últimos 30 dias o preço do minério de ferro caiu 15% e o da soja em grão apresentou uma retração de 14,36%.

Manufaturados

Além de um futuro difícil para as commodities, também são esperados problemas nos manufaturados. Cerca de 40% das exportações brasileiras são para a América do Sul (25% para o Mercosul). O recrudescimento do comércio internacional resultará em queda na atividade exportadora, portanto um volume menor de recursos entrando nos países, o que reduzirá a disponibilidade de capital para as importações de manufaturados.

No caso do mercado argentino, a situação é ainda pior por conta do difícil momento econômico pelo qual passa o país que já resultou em uma desvalorização de 40% da moeda local, o peso. No Mercosul, a Argentina é responsável pela compra do maior volume de manufaturados exportados pelo Brasil.

A China até poderia trocar as exportações de soja dos Estados Unidos pela produção brasileira – desde abril as importações vêm retraindo, o que serviu para empurrar a cotação para baixo. Mas, como lembra o presidente da AEB, aumentar o plantio não é algo que se faça de uma hora para outra. Com isso, não haveria volume suficiente no mercado brasileiro para atender à demanda chinesa. Por isso, o país asiático deve concordar com a sobretaxa dos EUA e pagar mais para não sofrer com o desabastecimento. “O Brasil não tem condições de suprir a demanda do mercado chinês”, afirma.

Balança comercial

Como os contratos de exportação dessas commodities já estão fechados para os próximos meses, Castro não acredita que a balança comercial brasileira deverá sentir os efeitos da guerra comercial em 2018. Mas em 2019, a não ser que haja alguma reviravolta, o recuo será inevitável, adverte o especialista.

“Não fizemos a revisão dos números do segundo semestre de 2018 e do ano, mas inicialmente a previsão é de que haja um superavit de cerca de US\$ 50 bilhões”, diz Castro. Em 2017, o saldo foi de US\$ 67 bilhões, de acordo com a Fundação Getulio Vargas (FGV). Só a safra 2017/2018 da soja brasileira em grão gerou US\$ 30 bilhões em contratos de exportação. “Seu peso na balança comercial do Brasil é gigante”, explica.

Para 2019, avalia, se a disputa entre China e Estados Unidos continuar a pressionar o preço das commodities, só a soja poderá corroer em pelo menos 2% o valor total exportado pelo Brasil. A simulação é feita com base na queda de 15% na cotação, que hoje representaria para os produtores brasileiros de

soja uma queda de US\$ 4,5 bilhões na receita.

“O futuro da atividade econômica mundial é incerto. Se os preços continuarem a cair, o Brasil vai perder. Isso só vai mudar se a guerra comercial for interrompida, o que até pode acontecer, dependendo do que acontecer nos dois países nos próximos meses”, detalha Castro.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Tecnologia e Inovação

Autor: Victor Correia

Título: Campo fluido

Uma das principais estratégias para a obtenção de água em locais com pouca chuva é coletar a umidade do ar. Porém, a estratégia não é muito eficiente nem produz o líquido em grande quantidade. Agora, pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, o MIT, nos Estados Unidos, conseguiram aprimorar a técnica de forma relativamente simples.

Em estudo publicado recentemente na revista Science Advances, eles mostraram como campos eletromagnéticos podem ser usados para aumentar consideravelmente a eficiência do sistema tradicional, que usa redes de tecido ou de metal para condensar a umidade. Em um teste em pequena escala, a nova tecnologia conseguiu encher um recipiente de 30ml em 30 minutos. Sem o uso da eletricidade, apenas algumas gotas foram coletadas no mesmo período.

Embora a estratégia não seja adequada para o uso em grande escala, os pesquisadores afirmam que o método poderá ser utilizado em usinas termelétricas para diminuir a quantidade de água perdida pela evaporação, que fica na casa de milhares de litros por dia. Pela qualidade, o líquido recuperado também poderá até ser enviado a sistemas de água potável, ajudando a diminuir a crise hídrica em algumas regiões.

“Isso pode ser uma ótima opção para a crise global de água”, diz Kripa Varanasi, um dos autores do estudo e professor de engenharia mecânica no MIT. “A tecnologia pode compensar a necessidade de 70% das instalações de usinas de dessalinização na próxima década”, completa.

Áreas litorâneas

Em geral, os sistemas adotados para obter água através da umidade são compostos por uma malha de plástico ou de metal estendida em um local com bastante névoa, como o litoral. As gotículas de ar entram em contato com o

material, se condensam e escorrem para um coletor. Porém, chegam a esses reservatórios entre 1% e 3% da água que passa pela malha.

Os pesquisadores do MIT detectaram uma das causas para essa ineficiência: quando o vento passa pelos fios que compõem a trama, ele é desviado, como acontece nas asas de um avião ou na lataria de um carro em movimento. Dessa forma, grande parte das gotículas de água é lançada para fora do equipamento. Soma-se a essa perda o fato de que grande parte da umidade passa pelos pequenos buracos no tecido, não sendo coletada.

A nova técnica resolve esse problema ao bombardear o ar ao redor do sistema com íons e carregar eletricamente as gotículas de água. Depois, um campo eletromagnético atrai a umidade para a malha. Ela se condensa e a água é coletada pelo equipamento. Essa estratégia consegue coletar todo o líquido que se aproxima, aumentando consideravelmente a eficiência do processo.

Testes mostraram que a tecnologia captura entre 20% e 30% da água perdida em uma termelétrica, o que representa uma grande economia. “Perde-se água destilada, que é da maior qualidade. É isso que estamos tentando capturar”, afirma Varanasi. Por ser destilado, o líquido poderá ser incluído no sistema de água potável de cidades ou ser usado nas caldeiras de usinas, que necessitam do recurso limpo. Por sua vez, a estrutura de resfriamento, que origina todo esse vapor, poderá funcionar com fontes de menor qualidade.

Resfriamento

Muitas usinas em cidades costeiras usam a água do mar para o resfriamento, o que possibilita que a criação funcione como uma espécie de usina de dessalinização, segundo Varanasi. Enquanto as instalações desse tipo gastam muita energia para separar o sal da água marinha, o sistema que captura o vapor das termelétricas teria operação 50 vezes mais barata, além da construção três vezes mais acessível, estimam os criadores.

Carlos Barreira Martinez, professor do Laboratório Thermo-Hydroelectro, da Universidade Federal de Itajubá, em Minas Gerais, ressalta que, apesar de não ser muito falado, o problema de resfriamento de termelétricas é crucial para o funcionamento delas. “Se não há água suficiente, a usina para”, explica. “Nas usinas do Maranhão, por exemplo, você usa uma grande quantidade de água em uma região que não tem muito esse recurso. A nova tecnologia recupera uma parte da água perdida usando eletricidade. Eu achei o rendimento e o custo de energia altos, mas é um projeto muito interessante”, avalia.

Os pesquisadores estão construindo uma versão em tamanho real para testes em uma termelétrica de gás natural que funciona dentro do MIT e fornece a maior parte da energia necessária para o funcionamento do câmpus. A intenção

é que uma prova mais concreta do funcionamento da tecnologia possa incentivar outras empresas ou instituições a investir no sistema. Segundo Varanasi, o protótipo ainda aumentará a sustentabilidade do MIT. “Isso pode ter um alto impacto no uso de água pelo câmpus”, afirma.

** Estagiário sob supervisão da subeditora Carmen Souza*

No Brasil

Segundo a Plataforma de Energia, desenvolvida pelo Instituto de Energia e Meio Ambiente, a termelétrica Candiota 3, no Rio Grande do Sul, consome em média de 500 mil litros de água por hora. A Luiz Carlos Prestes, em Mato Grosso do Sul, 190 mil litros. Ao menos 75% dessa água é perdida como vapor.

"Nas usinas do Maranhão, por exemplo, você usa uma grande quantidade de água em uma região que não tem muito esse recurso. A nova tecnologia recupera uma parte da água perdida usando eletricidade"

Carlos Barreira Martinez, professor do Laboratório Thermo-Hydroelectro, da Universidade Federal de Itajubá (MG)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Tecnologia e Inovação

Autor: Victor Correia

Título: Purificador solar

Pesquisadores da Universidade Stanford, nos Estados Unidos, criaram um purificador de água que funciona apenas com a energia do Sol. O dispositivo transforma parte do líquido em água oxigenada, conhecida por ser um poderoso desinfetante.

Detalhado na revista Advanced Energy Materials, o trabalho é uma variação do processo utilizado para separar a água em oxigênio e hidrogênio. Normalmente, a técnica usa dois eletrodos imersos no líquido e uma corrente elétrica entre ambos. O sistema separa as moléculas de água em seus elementos básicos.

O novo purificador, porém, não quebra completamente as moléculas. Oxida a água para formar H^2O^2 , o mesmo composto usado para desinfetar machucados. A exposição à luz do Sol gera corrente elétrica entre os dois eletrodos, iniciando o processo.

Eficiência

Outros projetos científicos conseguiram produzir água oxigenada dessa forma, mas o atual supera em eficiência. “O nosso sistema funciona sozinho. Ele não precisa de energia, somente de luz, água e oxigênio para funcionar. A água é como se fosse o combustível para o processo”, compara Xinjian Shi, um dos criadores. A tecnologia ainda gera um pequeno excesso de eletricidade, que pode ser usado para alimentar uma lâmpada LED e indicar ao usuário que o processo está ocorrendo normalmente.

A ideia é de que um viajante em apuros consiga usar o sistema para transformar qualquer fonte de água fresca em uma opção segura. Além disso, o sistema poderá ser adaptado para purificar automaticamente piscinas com água oxigenada, em vez de cloro, ou para ser usado em estações de tratamento que funcionem em regiões com baixo acesso a fontes hídricas de qualidade.

Funcionando em condições desérticas

Existem diferentes estratégias para fazer a coleta de umidade — das mais simples, como um pano esticado no caminho da neblina, às mais tecnológicas, como a desenvolvida pela Universidade da Califórnia, Berkeley, nos Estados Unidos. O dispositivo é uma caixa de vidro contendo um material altamente poroso conhecido como estrutura metal-orgânica (MOF, pela sigla em inglês). Segundo os criadores, a solução consegue coletar, em um dia, 200ml de água por quilograma de MOF e pode funcionar em condições desérticas.

“Não há nada parecido”, diz Omar Yaghi, um dos autores do projeto. “Ele opera na temperatura ambiente, com luz do Sol, e você consegue coletar água no deserto sem gasto adicional de energia. Essa jornada nos permitiu transformar a coleta de água de um fenômeno interessante para uma ciência.” O teste foi feito no Deserto do Arizona, nos Estados Unidos, onde a umidade varia entre 40% durante o dia e 8% durante a noite. Para comparação, grande parte dos métodos de coleta requer umidade de no mínimo 50% para funcionar.

O MOF funciona porque sua estrutura prende a umidade facilmente e também a libera assim que é aquecida. Durante a noite, uma tampa da caixa de vidro em que está o material poroso é deixada aberta para permitir a circulação de ar pela estrutura. De dia, a caixa é fechada e exposta à luz do Sol. A umidade coletada pelo material é, então, liberada e acumulada no fundo do dispositivo.

Alumínio

A versão atual do MOF usa o metal zircônio, que é bastante caro. Porém, Yaghi afirma ter criado uma versão do material baseada em alumínio, que é 150 vezes

mais barata e captura até duas vezes mais água. Assim, uma nova geração do dispositivo com um quilograma de MOF poderia encher o equivalente a uma latinha de refrigerante por dia no deserto. “O maior avanço aqui é que ele opera em baixa umidade, porque é assim nas regiões áridas do mundo”, diz Yaghi.

Os detalhes do experimento foram divulgado recentemente na revista Science Advances. O próximo teste será feito com a nova versão do dispositivo no Vale da Morte, nos Estados Unidos, onde as temperaturas variam de 43°C a 20°C do dia para a noite, e a umidade noturna fica em torno de 25%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Cenário torna leilões deste ano mais atraentes

David Zylbersztajn: nova linha ideológica do governo mexicano terá efeito marginalmente positivo para o Brasil

A eleição de Andrés Manuel López Obrador para a presidência do México na última semana, aliada ao esclarecimento feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU) de que a nova norma sobre privatizações entrará em vigor apenas em 2019, aumentou a importância da 5ª Rodada do Pré-sal e do megaleilão do excedente da cessão onerosa, que o governo pretende realizar ainda este ano. E, sem a perspectiva clara de qual deve ser o novo governo no Brasil em 2019, os dois leilões podem ser a última janela de oportunidade para petroleiras internacionais ganharem áreas atraentes no pré-sal do país.

A 5ª Rodada vai ofertar quatro áreas: Saturno, Titã e Pau-Brasil, na Bacia de Santos, e Sudoeste de Tartaruga Verde, na Bacia de Campos. O bônus de assinatura fixo soma R\$ 6,82 bilhões, que deverão ser arrecadados pelo governo até 26 de novembro.

No início de junho, a Petrobras manifestou ao **Ministério de Minas e Energia** o interesse em exercer seu direito de preferência de operação e participação de 30% no bloco Sudoeste de Tartaruga Verde. Assim, o caminho está praticamente aberto para outras empresas serem operadoras de três áreas.

Já o megaleilão do excedente da cessão onerosa deve gerar ao governo uma arrecadação na casa dos R\$ 100 bilhões em bônus de assinatura. De acordo com estimativas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), essas áreas têm um potencial de 6 bilhões a 15 bilhões de barris de óleo equivalente (boe).

Após a reforma e a abertura do mercado petrolífero mexicano nos últimos anos, López Obrador, que venceu as eleições com discurso com viés esquerdista, disse, em sua primeira aparição após a vitória, que vai revisar "um por um" os contratos de concessões à empresas privadas do setor. O México assinou mais de 100 contratos no setor de petróleo desde a reforma de 2013.

Na última quarta-feira, Carlos Urzúa, futuro secretário (ministro) da Fazenda de Obrador, afirmou que os contratos serão respeitados pelo novo governo, desde que não haja problemas na revisão do processo de licitação. "Se parecer bom, vamos em frente. É um contrato que temos que respeitar", disse, buscando acalmar o mercado.

"Durante a campanha [no México], a equipe de Obrador se posicionou com um discurso mais nacionalista com relação ao setor petróleo. Vamos esperar, mas de qualquer maneira, cria uma dúvida [sobre investimentos no México]. Isso beneficia o Brasil", disse o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires.

De acordo com ele, o setor petrolífero brasileiro já vem se beneficiando, em relação ao México, devido à política adotada pelo governo Temer. Ele destacou, como exemplo, a mudança na lei do pré-sal, permitindo que empresas privadas sejam operadoras no polígono do pré-sal, e a extensão do Repetro, regime aduaneiro especial para o setor petrolífero.

O advogado Giovani Loss, especialista na área de óleo e gás do escritório Mattos Filho, também vê efeito positivo para os leilões brasileiros, com o resultado eleitoral no México. "Já temos uma vantagem que são as nossas bacias. Nossa capacidade contratar e conceder áreas de exploração e produção de óleo e gás é muito maior do que a do México. Esse resultado da eleição é mais um ponto positivo em relação ao México", explicou ele. "O Brasil ganhou visibilidade em função das últimas rodadas. Tudo isso colabora para um cenário positivo".

Para o ex-diretor da ANP e consultor David Zylbersztajn, a nova linha ideológica do governo mexicano terá efeito marginalmente positivo para o Brasil, na competição pelo interesse das "majors" internacionais.

"Não ter o México no horizonte [das petroleiras] ajuda, mas não muda o resultado do leilão de setembro", afirmou o especialista, lembrando que o bônus de assinatura é fixo e considerando que o leilão já seria bem sucedido pela atratividade das áreas e pela estabilidade regulatória do setor no país.

Com o horizonte eleitoral incerto no Brasil, e com a incerteza sobre a realização do megaleilão do excedente da cessão onerosa, Pires, do CBIE, diz ainda que a

5ª Rodada do Pré-sal "pode ser o último leilão [petrolífero] com segurança jurídica e estabilidade econômica".

Para o especialista, contudo, a recente norma publicada pelo TCU e a liminar concedida na última semana pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski que proíbe a venda de controle acionário de estatais sem o aval do legislativo podem impactar, de forma indireta e negativamente, o leilão de setembro.

A norma do TCU exige o envio de um extrato com todas as informações relacionadas a qualquer licitação com antecedência mínima de 150 dias da data da publicação do edital da concorrência. Na última semana, porém, o tribunal esclareceu que a norma entrará em vigor apenas em 2019.

Embora o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) já tenha aprovado um calendário de leilões petrolíferos para os próximos anos, inclusive com a previsão da 6ª Rodada do Pré-sal, em 2019, uma mudança radical de governo pode colocar em risco a realização desses certames.

"Procuo ser otimista. O governo que for eleito deve ser sensível a um setor que colabora tão fortemente para o PIB brasileiro", afirmou Loss, do Mattos Filho. **(Colaborou Marsílea Gombata, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Estevão Taiar | De São Paulo

Título: Iluminação pública abre espaço a PPPs

Inexistentes há seis anos, as parcerias público privadas (PPPs) de iluminação pública já são o destaque dos acordos entre prefeituras e setor privado, segundo levantamento da consultoria Radar PPP. Entre 2013 e 2017, por exemplo, os procedimentos de manifestação de interesse (PMIs) do segmento saltaram de 2 para 52. "No ano passado, tivemos mais de um PMI do setor por semana", diz Rodrigo Reis, sócio da Radar PPP.

No PMI, o governo abre uma licitação e convoca empresas interessadas a fazerem seus próprios estudos, de maneira a moldar o edital. Ainda que em muitos desses casos a PPP acabe não se concretizando, a simples expansão dos PMIs de iluminação pública mostra o quanto o interesse pelo segmento cresceu, segundo Reis. "É o setor mais aquecido atualmente."

O primeiro impulso para as PPPs de iluminação veio em 2010, quando a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estabeleceu que distribuidoras de energia precisariam transferir ativos de iluminação para prefeituras até 2014.

Na ocasião, foi estabelecido também que a operação desses ativos seria paga pela Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip), tributo cobrado diretamente nas contas de energia. A ideia, segundo Reis, era criar um modelo "simples", que na prática colocava a arrecadação da Cosip como garantia para eventuais operadoras privadas.

O desenho funcionou e os resultados positivos começaram a aparecer três anos depois. Além disso, vêm ficando mais frequentes desde então. De 2013 para cá, por exemplo, foram lançados 186 projetos de iluminação. Entre 22 segmentos listados, o número é menor apenas do que os 188 projetos de saneamento básico. Nos últimos dois anos esse crescimento ficou ainda mais evidente. Em 2016 e 2017, a iluminação liderou o lançamento de projetos: 104, ou mais de 25% do total. O saneamento básico vem em um distante segundo lugar, com 62 projetos.

Além disso, em 2013, os dois PMIs de iluminação representavam apenas 7,4% do total de 27 PMIs. No ano passado, esse número saltou para 38,5% (52 PMIs de iluminação, de um total de 135).

O valor arrecadado em 3.311 municípios com a Cosip foi de R\$ 6,8 bilhões em 2017. Essas cidades atendem aproximadamente 152 milhões de habitantes. Outros 2.259 municípios não informaram a arrecadação que tiveram com o tributo. Mas extrapolando a média de R\$ 44,25 arrecadada anualmente por habitante em 2017, o mercado de iluminação pública no Brasil atingiu aproximadamente na casa dos R\$ 9,3 bilhões anuais, nos cálculos da Radar PPP.

Reis, no entanto, destaca alguns gargalos que impedem um crescimento ainda maior das PPPs de iluminação. Entre eles estão, por exemplo, a má qualidade de diversos projetos apresentados por meio de PMIs e a incapacidade que muitos dos municípios têm de estruturar ou avaliar esses estudos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Privatização da Eletrobrás pode fazer tarifa subir 1,5%

A privatização do controle da Eletrobrás e o processo de descotização da energia de hidrelétricas da estatal que operam sob regime de cotas devem provocar um aumento nas tarifas de 1% a 1,5%, de acordo com cálculo feito

pelo grupo Safira Energia, especializado em comercialização de energia. O levantamento indica ainda que a privatização da elétrica pode gerar um benefício de R\$ 11,9 bilhões à sociedade, considerando o efeito sobre as contas públicas.

"O estudo mostra que o preço da energia não vai ter grande impacto com a descotização e que os benefícios estão muito além da tarifa", diz Josué Ferreira, consultor da Safira responsável pelo estudo.

O levantamento considerou os potenciais efeitos dos dois projetos de lei (PLs) no Congresso referentes ao assunto: o PL 9.463, relativo à privatização do controle da Eletrobrás, e o PL 1.917, que trata da portabilidade da conta de luz e no qual foi apensado o projeto de reforma do setor elétrico, na qual está embutida a descotização.

De acordo com o estudo, o volume de energia por cotas é da ordem de 7,6 gigawatts (GW) médios, fornecido a um valor médio de cerca de R\$ 60 por megawatt-hora (MWh). Considerando que essa energia deixará de ser por cotas e a Eletrobrás poderá negociá-la livremente em novos contratos, a Safira adotou, para efeito de cálculos, o preço médio da energia de R\$ 118/MWh do último leilão de energia nova, o que pode resultar em um custo adicional de R\$ 37,5 bilhões para o consumidor.

Com a descotização, porém, o consumidor deixará de ser exposto ao risco hidrológico das cotas, o que, pelos cálculos da Safira, geraria benefício de R\$ 15,9 bilhões.

A esse benefício, deverá ser somado o efeito do pagamento, pela Eletrobrás (após chamada de capital e privatização do controle), do bônus pela concessão das usinas descotizadas. Para estimar o potencial do bônus, a Safira considerou o resultado do leilão da usina de São Simão (MG), de 1,7 mil MW de capacidade, vencido pela chinesa State Power Investment Corporation (Spic) com o pagamento de bônus de R\$ 7,2 bilhões. Com isso, as contas da Safira indicam um valor de R\$ 45 bilhões com bônus.

Desse montante, de acordo com o projeto de lei em análise na Câmara, dois terços estão previstos para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e um terço para a União, que servirá de abatimento dos juros da dívida pública. Dessa forma, destacou a Safira, os R\$ 45 bilhões serão destinados à redução da tarifa de energia (via CDE) e à desoneração tributária.

Calculando o fluxo futuro de todos os componentes que serão impactados, a Safira concluiu a existência de um potencial benefício de R\$ 11,9 bilhões para a

sociedade, em valores atuais, considerando a descotização e uma concessão das hidrelétricas por 30 anos.

Mais pessimista, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, afirmou, no último mês, que a proposta de venda do controle da Eletrobrás, da forma como está colocada hoje, trará impacto tarifário significativo e prolongado.

Durante a aprovação do aumento médio de 15,99% para a tarifa da Copel, em junho, Rufino lembrou que as distribuidoras tiveram o custo da energia impactado pelo leilão de 29 hidrelétricas antigas em 2015. Isso porque o governo optou por cobrar um bônus de R\$ 17 bilhões, em vez de reduzir o custo da energia fornecida por usinas com investimentos já amortizados. Segundo ele, decisão semelhante pode ser tomada com relação às usinas da Eletrobrás, caso seja aprovada a descotização. **(Colaborou Rafael Bitencourt, de Brasília)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Rocha | De São Paulo

Título: Novo marco do saneamento estabelece consulta pública e desagrade o setor

A assinatura da medida provisória (MP) que altera o marco legal do saneamento básico surpreendeu o setor negativamente. Entidades que representam trabalhadores e empresas estaduais se posicionaram contra o texto assinado na sexta-feira pelo presidente Michel Temer e pelo ministro das Cidades, Alexandre Baldy.

"O governo joga contra o povo brasileiro", afirma Roberval Tavares, presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), que representa trabalhadores do setor. Ele era um dos principais críticos da versão que vinha sendo discutida entre governo e entidades. "Essa MP pode desestruturar o setor de saneamento do país."

O representante da Abes afirma que informações vindas do Ministério das Cidades apontam que a medida mantém a mesma lógica que vinha sendo discutida desde o ano passado.

Entre as diversas regras que serão alteradas pela MP, a mais polêmica é o artigo que obrigará os municípios a realizarem consulta pública na ocasião da renovação dos contratos com as empresas estaduais de saneamento. A leitura de parte do setor é que a mudança privilegiaria municípios que têm operação superavitária, deixando apenas cidades com operações menos lucrativas nas

mãos das companhias estaduais, quebrando a lógica do chamado subsídio cruzado.

As companhias estaduais do setor pretendem, inclusive, questionar na Justiça o projeto, afirmou Roberto Tavares, presidente da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe). A intenção da entidade é questionar a constitucionalidade da MP. "Uma MP, para ser assinada, tem que justificar relevância e urgência. Concordamos com a relevância do assunto, mas qual a urgência de dizer agora que os municípios têm de consultar o setor privado?", questiona.

O representante das estaduais afirmou que vinha conversando para realizar uma reunião com o governo e as empresas privadas, com quem vinha costurando um acordo para retirar alguns pontos mais polêmicos do texto. "Se fosse um governo que gostasse de debate, poderia desistir de alguns trechos e deixar a parte boa na MP."

A cerimônia de sexta-feira foi realizada no último dia possível para o presidente Michel Temer realizar anúncios públicos, devido ao prazo eleitoral. Segundo o governo, o objetivo é modernizar o setor.

"A MP fere a lógica de que o poder concedente é o município", critica o representante da Abes. "Fazer isso em um dia de Copa, com Judiciário em recesso, além de antidemocrático, não conta com bom senso. É um desrespeito."

A assinatura da medida encerra um debate de quase um ano. A última reunião formal colhendo sugestão de todos os representantes do setor foi realizada em novembro, ainda na gestão de Bruno Araújo no Ministério das Cidades. Desde então, o governo vinha dando sinais de que não pretendia fazer grandes alterações no conteúdo, mas abrindo a possibilidade de a mudança ser feita por projeto de lei, não como MP.

Além da Justiça, as entidades também devem procurar o Congresso, para evitar que o texto da MP seja aprovado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Enel e Eletrobrás

A Enel adquiriu 19.382.288 ações de minoritários da Eletropaulo, que equivalem a 11,6% do capital social e, assim, atingiu participação acionária de 87,8% do capital total e votante da companhia. Segundo a Eletropaulo, a compra ocorreu entre 23 de junho e 2 de julho de 2018, no âmbito da oferta pública de aquisição de ações da Eletropaulo (OPA), que determinava a aquisição de ações remanescentes até 4 de julho. O leilão da OPA ocorreu no dia 4 de junho, quando a Enel comprou 73,38% do capital social da Eletropaulo por R\$ 5,6 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Leilão da Cesp é marcado para 2 de outubro

Com o objetivo de aumentar a competição e atrair mais investidores, o governo do Estado de São Paulo reduziu preço por ação da Cesp para R\$ 14,30, abaixo dos R\$ 16,80 da tentativa malsucedida de 2017. O certame ficou marcado para 2 de outubro, às vésperas das eleições, marcadas para o dia 7 daquele mês. Com o novo preço, a estatal paulista de energia é avaliada em cerca de R\$ 4,7 bilhões.

Na sexta-feira, as ações da companhia fecharam com alta de 0,91%, cotadas a R\$ 16,60.

A participação do governo de São Paulo na companhia é avaliada em cerca de R\$ 1,7 bilhão. A expectativa é que, com preço mais baixo e condições mais atrativas, o certame atraia vários interessados, e que a competição resulte no pagamento de ágio pelo comprador.

Além do ajuste no preço, o edital trouxe outras melhorias, como a retirada dos potenciais ganhos ("earn out", no jargão do mercado financeiro) que o Estado de São Paulo teria com as indenizações controversas pleiteadas pela companhia junto à União devido a investimentos não amortizados em concessões vencidas e devolvidas ao governo. A Cesp estima que essas indenizações somem, hoje, cerca de R\$ 10 bilhões.

No edital anterior, os ganhos potenciais com essas indenizações ficavam quase que completamente com o Estado de São Paulo, sem incentivos aos novos compradores. Os passivos bilionários que a estatal têm contabilizados sem provisionamento em seu balanço, por sua vez, seriam risco do investidor. O novo edital corrigiu esse problema ao não prever ganhos futuros ao governo de São Paulo, o que indica que a companhia será vendida com "a porteira fechada".

A percepção no mercado é de que a redução dos preços e a retirada dos "earn outs" tornarão a Cesp atrativa para muitos investidores. Segundo um analista, que pediu para não ser identificado, como o novo preço reduziu o desembolso necessário para aquisição da companhia em cerca de R\$ 875 milhões, uma empresa do setor de geração de energia pode se interessar pelo ativo. Por outro lado, o fato da empresa ser vendida com a "porteira fechada" agrada investidores financeiros, como fundos de investimento, que enxergam ganho potencial na reavaliação de passivos e disputas na Justiça.

O edital trouxe ainda outras melhorias defendidas pelo mercado, como a confirmação de que a hidrelétrica de Porto Primavera, principal ativo da Cesp, terá um novo contrato de concessão, com vencimento em 2048. Atualmente, a concessão da usina expiraria em 2028. Para obter a extensão da concessão, o comprador da Cesp precisará desembolsar no mínimo R\$ 1 bilhão pela outorga da usina. Esse valor será adicional ao preço por ação.

No caso de ágio no leilão, o mesmo percentual aplicado será pago na outorga. Por exemplo, se o vencedor fizer uma oferta de R\$ 15,73 por ação, ágio de 10%, o mesmo percentual será aplicado à outorga, que subirá para R\$ 1,1 bilhão.

O novo contrato de concessão de Porto Primavera ainda depende de um aval do Tribunal de Contas da União (TCU), principal motivo da demora na publicação do edital. O plenário do tribunal pautou para quarta-feira a discussão sobre o tema. Se for necessária alguma mudança no contrato, o governo paulista terá tempo para republicar o edital sem prejudicar os prazos do certame.

Foi dado um prazo longo entre a publicação do edital e o leilão de privatização para que os investidores tenham tempo suficiente para avaliar a companhia e fazer as diligências necessárias. O prazo para solicitação de esclarecimentos previstos no edital termina em 20 de setembro, e as respostas devem ser disponibilizadas em 25 de setembro. Essa também é a data final para os pedidos de impugnação do edital por qualquer cidadão.

O prazo final para impugnação do edital pelos licitantes termina em 28 de setembro. As propostas de preço, garantias e habilitação serão entregues na sede da B3 no dia 2 de outubro, entre 9h e 10h. A sessão pública do leilão está marcada para às 14h, também na B3. A expectativa dos envolvidos é de que proximidade das eleições não afete a disputa, apesar da provável mobilização de sindicatos e entidades que se colocam contra a privatização.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás | De São Paulo****Título: Usiminas avalia retomar alto-forno em Cubatão**

A baixa demanda por aço levou a Usiminas, em 2015, a desligar dois altos-fornos, aciaria, coqueria e sinterização em Cubatão

A Usiminas já considera retomar as áreas primárias da usina de Cubatão (SP), desligadas desde o início de 2016. Mas, ao menos por enquanto, o plano é voltar a operar com apenas parte da capacidade, especificamente um alto-forno e um lingotamento contínuo da aciaria, disseram três fontes ligadas à siderúrgica.

Esse tipo de medida custaria quase R\$ 1 bilhão em investimentos e demoraria entre um e dois anos para ser efetivada, calculam duas das fontes. O **Valor** apurou que até agora esse é o projeto principal da área de engenharia industrial da companhia, ligada à vice-presidência industrial - chefiada por Tulio Chipoletti, indicado à diretoria pelo grupo Ternium / Techint.

Em reuniões internas, o alto escalão de Cubatão já admite que há esse estudo de viabilidade para voltar com apenas uma parcela da área primária. Faltam placas para a unidade e as que chegam são caras demais, dizem.

Procurada, a Usiminas enviou uma nota na qual afirma que "vem promovendo uma série de estudos para avaliar as melhores opções para o modelo de operação futura da usina de Cubatão". Sem citar a retomada de um alto-forno, a siderúrgica diz que os estudos não têm prazo para conclusão e, após serem concluídos, devem passar pelo crivo do conselho de administração.

A deterioração da demanda brasileira por aço levou a Usiminas, em outubro de 2015, a anunciar o desligamento temporário de dois altos-fornos, aciaria, coqueria e sinterização em Cubatão. Desde então, a unidade funciona como uma laminadora, comprando placas de aço de terceiros, especialmente da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) e do Pecém (CSP).

Mas há alguns problemas com essa estratégia de laminação. O primeiro, ao menos à primeira vista pontual, é o preço atual da placa. O material passou a valer mais de US\$ 500 por tonelada, principalmente depois da seção 232 - que impôs tarifa de 25% ao aço importado nos Estados Unidos -, deixando pouca margem para se ganhar dinheiro transformando esse produto semielaborado. A bobina a quente, por exemplo, custa cerca de apenas US\$ 40 a mais, revelando baixa rentabilidade.

Tomar uma decisão final sobre qual o destino de médio prazo da unidade paulista está entre as prioridades da empresa

Trazer de Pecém, que fica a mais de 3.000 quilômetros da Usiminas em Cubatão, torna a matéria-prima ainda mais cara por conta dos custos de transporte. Ao mesmo tempo, a CSA, que fica no Rio e hoje é controlada pela Ternium, também acionista da Usiminas, parece estar mais interessada no mercado exterior.

Por acordo, a usina carioca tem de enviar 2 milhões de toneladas por ano de placas ao Estado americano do Alabama, onde Nippon Steel & Sumitomo Metal - outra controladora da empresa mineira - e ArcelorMittal tocam outra antiga unidade da Thyssenkrupp. Além disso, analistas calculam falta de 3 milhões a 3,5 milhões de toneladas de placas na Ternium mexicana e racional econômico para que esse volume seja enviado para lá. A capacidade da CSA hoje é de apenas 4,5 milhões de toneladas, podendo chegar a 5 milhões de toneladas com investimentos.

"A Usiminas poderia também importar, se o preço não estivesse tão ruim", disse um especialista ao **Valor**, em condição de anonimato. "Voltar com a área primária de Cubatão também é complicado, a sinterização e a coqueria teriam de ser refeitas totalmente. Para religar um alto-forno, no mínimo uma reforma completa, estrutural, de um ano seria necessária."

Nesse plano da engenharia industrial, apenas uma parte da aciaria voltaria a funcionar com um alto-forno. Isso significa que a Usiminas teria de importar pelotas de ferro e carvão de coque.

"O que tem acontecido é que as placas às vezes chegam e às vezes não para serem laminadas. A situação está muito instável", comentou outra fonte, que trabalha diretamente com a usina de Cubatão. "Falta placa no mercado brasileiro e o que chega aqui não tem compensado processar por conta do preço, então o plano de produção varia."

Trabalhadores da unidade da Usiminas na Baixada Santista reclamam há mais de um ano que faltou manutenção dos equipamentos primários depois de serem desligados. Para alguns funcionários consultados pelo **Valor**, é muito difícil que um dia a usina, que antigamente era conhecida como Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), volte a ser integrada. "Sucateou demais", declarou um deles.

Tomar uma decisão final sobre qual o destino de médio prazo de Cubatão está entre as prioridades da Usiminas. Agora recuperada financeiramente e com um acordo de paz entre os controladores, que travaram uma disputa por quase

cinco anos, a companhia mineira busca identificar os focos de investimento que podem lhe garantir maior retorno. Além da Cosipa, há um potencial de completa reforma do alto-forno 3 de Ipatinga (MG).

MME / ASCOM .